

# Jornalismo e elites do poder\*

Estrela Serrano

Escola Superior de Comunicação Social

Instituto Politécnico de Lisboa

## Índice

1 Introdução	1
2 As novas regras de funcionamento da actividade política	2
3 Convergências	3
4 Conflitos	8
5 As fontes legitimadas	9
6 A cultura da sala de imprensa	12
7 Reflexão Final	14

## 1 Introdução

Nas sociedades contemporâneas o conhecimento constitui um princípio de hierarquização social tão importante como a propriedade, pelo que o poder de informar representa um poder enorme. Os jornalistas e as suas fontes contribuem, conjuntamente, para articular e definir os contornos da sociedade do conhecimento, reproduzindo as estruturas do poder e do saber.<sup>1</sup>

Através de processos de selecção e de enquadramento, e ao fazerem circular as informações, os media orientam a opinião pública e estabelecem a agenda dos consumidores de

notícias. O público fala dos assuntos de que falam os media.

As notícias são versões da realidade baseadas, em grande parte, em normas e convenções profissionais dos jornalistas. Ao realizarem o trabalho informativo, os jornalistas estão implicitamente a construir significados que dão sentido ao mundo. É a ordenação e o enquadramento dos factos que permite o seu reconhecimento e lhes atribui significado. Como refere Gaye Tuchman, os media são o braço da ordem cultural da qual procedem.<sup>2</sup>

A literatura sobre a cobertura jornalística de acontecimentos de rotina<sup>3</sup> tende a confirmar a preponderância das fontes ligadas às elites do poder, relativamente a outras fontes. Esta conclusão está implícita nos trabalhos

<sup>2</sup>Gaye Tuchman, *idem*, *ibidem*.

<sup>3</sup>Os acontecimentos de rotina são realizações intencionais em que promotores e executores, por um lado, e jornalistas por outro, coincidem na necessidade de notícias, mesmo que essa coincidência nem sempre seja suficientemente clara, in Molotch, Harvey L. e Marilyn Lester (1974), "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos", no livro de Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* (1993), Lisboa, Veja.

\*Lisboa, Março de 1999

<sup>1</sup>Gaye Tuchman, *Making News: A Study in the Construction of Reality* (New York: Free Press, 1978)

de Herbert Gans <sup>4</sup> e Tuchman <sup>5</sup> e mais explícita noutros estudos. Léon Sigal <sup>6</sup> mostrou que a maioria das "estórias" de primeira página do New York Times e do Washington Post eram fortemente inspiradas por fontes governamentais, sendo que muitas delas tinham origem em canais de rotina como conferências de imprensa, comunicados e outras iniciativas oficiais. Em 1987, Brown, Bybee, Wearden e Straughan <sup>7</sup> confirmaram e ampliaram o estudo de Sigal e provaram que a maioria das notícias de capa provinham de canais de rotina e eram oriundas de fontes governamentais. Por seu turno, Gans <sup>8</sup> afirma que uma forte ligação entre os jornalistas e entidades oficiais conduz os media a apresentarem uma imagem muito específica da sociedade e das suas instituições. Contudo, Tuchman <sup>9</sup> refere que as notícias não se limitam a reflectir a realidade, criam-na também, agindo de uma maneira dialéctica, isto é, ao mesmo tempo que apresentam determinadas concepções da realidade, contribuem para modificar a percepção dessa realidade. Outros investigadores como Stephen Hess e Richard Ericson nos EUA, Philip Schlesinger e Roger Grab no Reino Unido, Dominique Wolton e Régis Debray em França, têm tratado de uma maneira sistemática esta matéria.

Este texto pretende, dentro das limitações

<sup>4</sup>Herbert Gans (1980) *Deciding What's News*, New York: Vintage Books

<sup>5</sup>Gaye Tuchman, *idem*, *ibidem*.

<sup>6</sup>Leon V. Sigal (1973) *Reporters and Officials*, Lexington, Mass.:D.C.Heath

<sup>7</sup>Jane Delano Brown, Carl R. Bybee, Stanley T. Wearden and Dulcie Murdock Straughan (1987) "Invisible Power: Newspaper News Sources and the Limits of Diversity" *Journalism Quarterly*, 64, p. 45-54

<sup>8</sup>Herbert Gans, *idem*, p. 145

<sup>9</sup>Gaye Tuchman, *idem*, *ibidem*

impostas pelo contexto em que é apresentado, analisar o grau de convergência e de divergência existente entre fontes e jornalistas, debruçando-se sobre os processos pelos quais as fontes ligadas às elites do poder político controlam a sua imagem, interferem na autonomia dos jornalistas e usam a lógica dos media.

## 2 As novas regras de funcionamento da actividade política

A vida política é hoje influenciada por um conjunto de técnicas (os media e as sondagens), de actores (os jornalistas e os conselheiros de comunicação) e de práticas (o marketing político). Confrontada com esta evolução, a actividade política organiza-se em torno de novas regras de funcionamento, adaptando-se à chamada "mediatização da vida política". <sup>10</sup>

A comunicação tornou-se parte integrante da actividade política e a explosão dos processos de comunicação política é fruto de um conjunto de actores que neles têm interesse: por um lado, os conselheiros de comunicação e os publicitários que tentam convencer os seus clientes potenciais a confiarem-lhes a preparação das suas prestações mediáticas e das suas campanhas eleitorais, colocando ao seu serviço a sua criatividade, a sua competência técnica e o seu saber e procurando, como escreveu Patrick Champagne, <sup>11</sup> produzir nos meios políticos a necessidade do seu produto; por outro, a mediatização da

<sup>10</sup>Gregory Derville (1997) *Le pouvoir des médias*, Presses Universitaires de Grenoble, p. 107

<sup>11</sup>Patrick Champagne (1990) *Faire l'opinion. Le nouveau jeu politique*. Paris, Minuit

vida política obriga os políticos a tornar a sua acção tão espectacular quanto possível, a fim de interessar os media, sobretudo a televisão. A política tornou-se, assim, lugar privilegiado do espectáculo.

Como refere Debray, sempre os Estados fizeram a sua publicidade<sup>12</sup>. Hoje, contudo, a comunicação do Estado tornou-se o essencial da sua acção.

Nas sociedades democráticas em que os sistemas políticos consagram o sufrágio universal como forma de escolha dos governantes, as estratégias de comunicação política passam, cada vez mais, pelo recurso à criação de acontecimentos destinados a atrair os jornalistas para "terrenos" em que os promotores possuem uma capacidade de controle e de influência, superior ou distinta, da estabelecida habitualmente entre fontes e jornalistas.

O Estado tem de produzir, nos dias de hoje, uma quantidade crescente de imagens e de sons. É necessário alimentar, dia a dia, a máquina dos media. Uma "acção de comunicação" raramente rende mais que um ou dois dias. Tornou-se, assim, quase natural a existência de uma cultura de governo, asfixiada e telecomandada pelos media, pelo seu ritmo e pelas suas exigências, o que levou ao empolamento espectacular de certos sectores de actividade, alguns deles menores<sup>13</sup>.

Derville afirma que a mediatização da política está na origem de transformações estruturais no seu funcionamento, que levaram à emergência de novos actores e ao desaparecimento de outros; a uma acentuação da convivência entre jornalistas e organizadores de

acontecimentos; e ao surgimento de formas de pressão para a introdução de mecanismos de democracia directa<sup>14</sup>. Na medida em que as notícias sobre política são, sobretudo, sobre a luta pelo poder e só secundariamente sobre a governação, isto é, sobre a aplicação do poder, os imperativos de comunicação sobrepõem-se aos imperativos de gestão. Os políticos dedicam mais tempo a dar visibilidade às suas acções do que a reflectir e a decidir.

Estudando a grande manifestação de camponeses em Paris em 1982, Patrick Champagne<sup>15</sup> notou a preocupação dos sindicalistas em organizar a manifestação segundo um cenário previsto para atrair os media.

Champagne alude a uma cumplicidade próxima da promiscuidade entre jornalistas e políticos, em que os jornalistas ora surgem como manipuladores ora como objecto de manipulação, o que o leva a considerar o jornalismo como "um sub-campo da política" e a falar de "pessoal jornalístico-político". Debray, por seu turno, fala de uma "classe político-mediática"<sup>16</sup>.

### 3 Convergências

As notícias são representações da autoridade. Através delas os jornalistas e as fontes possuem o poder de decidir quem tem voz e quem é excluído do acesso ao espaço público. Alguns autores<sup>17</sup> consideram existirem interesses convergentes entre fontes e jornalistas na organização de manifestações

<sup>14</sup>Derville, idem, p. 107 e passim

<sup>15</sup>Patrick Champagne, idem, ibidem

<sup>16</sup>Régis Debray, idem, ibidem

<sup>17</sup>Erickson Richard, Patricia M. Baranek, Janet B.L. Chan, (1989) University of Toronto Press, *Negotiating Control: A study of News Sources* (p. 1-33)

<sup>12</sup>Régis Debray (1993) *L'Etat séducteur, Les révolutions médiologiques du pouvoir*, Gallimard

<sup>13</sup>Régis Debray, idem, p. 30-31

públicas com algum grau de espectacularidade: os jornalistas ganham a certeza de uma notícia palpitante e os organizadores conseguem o efeito "bola de neve", porque os media anunciam, acompanham e amplificam o impacto da acção que eles organizaram. Por outro lado, a ideia de "jogo"(quem ganha e quem perde) que caracteriza a actividade política é extremamente atraente para os jornalistas porque lhes permite alimentarem as suas "estórias"durante um certo tempo. Richard Erickson, Patricia M. Baranek, Janet B.L. Chan, estabelecem uma ligação entre as elites do poder e as elites dos media.<sup>18</sup>

O sociólogo americano Michel Schudson<sup>19</sup> interroga-se sobre o papel do jornalista na divulgação da informação. Recorda o conceito de Walter Lipmann no seu livro *Public Opinion* escrito em 1922, em que ele defendia que a função das notícias é assinalar um evento enquanto a função da verdade é iluminar o lado oculto dos factos, relacionando-os com outros. Só quando as condições sociais se tornam reconhecíveis e mensuráveis, escreve ele, verdade e notícia coincidem. Lipmann sentia que os jornais não tinham acesso especial à verdade. A sua responsabilidade era publicar notícias e a sua capacidade de publicar melhores notícias dependia apenas da capacidade do governo e de instituições independentes lhes fornecerem melhor e mais credível informação. Contudo, a partir dos anos 20, tornou-se mais claro que esta era uma ideia demasiado estreita para definir o papel da imprensa, sobretudo se a credibilidade do governo e das ins-

tuições independentes fosse duvidosa. Se os eventos são espontâneos e existe uma relativa transparência nas ocorrências, então o relato dos acontecimentos pode satisfazer o jornalista. Mas se os eventos são, eles próprios construídos e reconstruídos por indivíduos e instituições com grande poder na sociedade, limitar-se a reportar as notícias é, não só uma tarefa incompleta como também distorcida.

A produção de eventos constitui um dos principais instrumentos da acção política. Boorstin chama-lhes "pseudo-eventos"e define-os como possuindo as seguintes características: não são espontâneos; surgem porque foram planeados; são criados para serem cobertos pelos media; o seu sucesso mede-se pela amplitude da sua cobertura; a sua relação com a realidade subjacente à situação é ambígua; geralmente, funcionam como uma auto promoção<sup>20</sup>.

Os políticos são os maiores criadores de eventos. Nos EUA, Roosevelt, com a colaboração de um amigável conjunto de jornalistas que integravam o press corps da Casa Branca, tornou-se um fazedor de pseudo-eventos e de sound-bites que enchiam as primeiras páginas dos jornais, transformando as conferências de imprensa, habitualmente rituais sem interesse, na maior instituição nacional fazedora de notícias, através de um processo informal de conversa e troca de ideias. Sabendo como os jornalistas vivem ávidos de notícias, Roosevelt ajudava-os a construí-las, orientando-as segundo os seus próprios interesses.<sup>21</sup>

<sup>18</sup>Richard Erickson, Patricia M. Baranek, Janet B.L. Chan, idem, *ibidem*

<sup>19</sup>Michael Schudson (1978) *Discovering the news: A Social History of American Newspapers*, USA, Basic Books, Inc.

<sup>20</sup>Daniel J. Boorstin (1961), *The Image: A Guide to Pseudo-Events in America*, First Vintage Books Edition, (1992) (pág.11,12).

<sup>21</sup>Stephen Hess (1981) *The Washington Reporters*, The Brooking Institutions, p. 20

Boorstin afirma que nos tempos actuais é possível construir uma carreira política inteiramente com pseudo-eventos. E aponta o caso de McCarthy que inventou a conferência de imprensa da manhã para anunciar a conferência de imprensa da tarde. Os repórteres acorriam e preparavam os títulos para os jornais do dia seguinte com o anúncio das revelações que McCarthy dizia que faria à tarde, a uma hora que não permitia divulgação no dia seguinte. Os jornais eram, assim, alimentados com anúncios que muitas vezes falhavam <sup>22</sup>.

Sem a ajuda dos jornalistas, os políticos não poderiam criar os eventos que lhes trazem poder e notoriedade. Os jornalistas são, nesta matéria, aliados dos políticos.

As instituições políticas são grandes produtoras de pseudo-eventos. Uma grande percentagem das notícias publicadas na imprensa escrita inclui informação baseada em comunicados, estudos ou relatórios. <sup>23</sup>. Os próprios jornalistas consideram que a imprensa concede demasiada atenção a eventos, com prejuízo da investigação própria. Contudo, fiéis ao princípio de que a primeira missão de um jornal é produzir diariamente notícias de actualidade, dedicam-se, sobretudo, à descoberta de novas "estórias".

As democracias modernas multiplicaram os pseudo-eventos e desenvolveram profissões que os criam e ajudam a interpretá-los. A desproporção entre o que os cidadãos necessitam de saber e o que podem saber é cada vez maior. Essa desproporção cresce com o aumento da capacidade de esconder e orientar a informação por parte do poder. Os jornalistas necessitam de corresponder a esse

crescimento e assim seleccionam e procuram novos temas para informar.

O jornalista é ele próprio um gerador de notícias. Ao insistir junto dos assessores e dos políticos para obter novos ângulos e novas abordagens que lhe permitam apresentar novas "estórias", está a criar pseudo-eventos. É vulgar os jornalistas solicitarem comentários por parte dos políticos a situações hipotéticas, gerando notícias completamente fictícias do ponto de vista da sua espontaneidade. É o que se chama "fazer render as notícias". <sup>24</sup>

A pressão do tempo e a necessidade de conseguir uma corrente contínua de notícias leva os jornalistas, sobretudo os correspondentes ou os que são destacados junto de instituições, ao uso de entrevistas e outras técnicas de criação de pseudo-eventos, algumas muito agressivas e engenhosas.

As novas formas de criação de pseudo-eventos, especialmente no campo político, baralham os papéis de políticos e jornalistas. O político, de algum modo compõe a "estória"(por exemplo ao fazer uma conferência de imprensa). O jornalista, por seu turno, pressionando o político para fornecer comentários ou entrevistas, é um criador de notícias. Esta situação torna difícil aos cidadãos perceberem o que é, de facto, a realidade quando os próprios protagonistas também não sabem.

Os jornalistas procuram constantemente novas "estórias" e os líderes políticos são a sua fonte principal. Para saberem o que eles pensam e fazem, cultivam relações com os políticos. Por seu turno, os políticos necessitam dos media para fazerem chegar ao público as suas mensagens. Por isso, culti-

<sup>22</sup>Daniel J. Boorstin idem, p. 22

<sup>23</sup>Daniel J. Boorstin idem, p. 15

<sup>24</sup>Daniel J. Boorstin, idem, p. 26

vam igualmente relações com os jornalistas: promovem briefings, garantem-lhes acesso a locais e a eventos oficiais e, por vezes, fornecem-lhes espaço de trabalho.

A produção de notícias é, assim, um processo de negociação e de renegociação constante, através do qual os reporteres identificam o tipo de pessoas que servirão como boas fontes de informação sobre os acontecimentos produzidos.

Gaye Tuchman vê nos procedimentos profissionais que levam os jornalistas a solicitar reacções e comentários aos acontecimentos por parte de figuras institucionais, o privilegiar de líderes legitimados, deixando ao "homem da rua" o papel simbólico de representação de outros e não de representante de outros.

Para a maioria dos jornalistas que cobrem a política o conceito de notícia abrange actividades concretas como uma votação, uma decisão de um órgão de soberania, um discurso presidencial ou ministerial que ocorra no espaço de 24 horas. A grande maioria das notícias incide sobre eventos que aconteceram no dia anterior, no próprio dia, ou que é suposto acontecerem no dia seguinte. Ora, a concentração do jornalismo nos eventos é propensa a uma eficiente intervenção dos staffs.

Um bom exemplo do entrosamento entre sujeito e objecto, entre história e historiador, entre actor e repórter, é a chamada "fuga" de informação. A "fuga" tornou-se uma instituição, sendo um dos processos mais usados na transmissão de informações por parte das fontes oficiais. Boorstin<sup>25</sup> define a "fuga" como um meio, através do qual uma fonte oficial com um propósito bem definido,

fornece uma informação, faz uma pergunta ou uma sugestão. Mais que um anúncio directo, a "fuga" presta-se muito melhor a esconder determinados objectivos

A "fuga" é o pseudo-evento por excelência. Na sua origem e crescimento, a "fuga" ilustra outro dos axiomas do mundo dos pseudo-eventos: um pseudo-evento produz novos pseudo-eventos. A "fuga" começou como uma prática ocasional de uma fonte oficial transmitir informação confidencial a alguns jornalistas. Hoje, tornou-se uma maneira institucional de transmitir informação. A sua ambiguidade e o ambiente de confiança e intriga em que se processa criam um clima de confiança entre jornalistas e fontes. As regras respeitantes ao "off record" e à atribuição das fontes são especialmente importantes no caso das "fugas" de informação.

A chamada informação de background e os encontros off-record tornaram-se, por outro lado, uma espécie de balões de ensaio ou mesmo instrumentos diplomáticos. São, muitas vezes, a base de desmentidos oficiais e de especulação para colunistas e comentadores além de temas de entrevistas e discussões públicas.

A técnica da conversa de background em que os políticos fornecem enquadramentos dos factos aos jornalistas, é um sistema colaboracionista que produz a impressão de uma franqueza e espontaneidade naturais. É uma maneira de fornecer notícias ou matérias para artigos de opinião, geralmente favoráveis aos políticos, mas que interessam aos jornalistas dado satisfazerem a sua avidez de informação e lhes proporcionarem relações pessoais com o poder. Esta prática tornou-se hoje corrente por parte de políticos e jornalistas que vêm nela uma fonte de inspiração para os seus textos.

<sup>25</sup>Daniel J. Boorstin, *idem*, p. 30

Boorstin refere que em Washington um bom teste para avaliar as aptidões de um repórter reside na capacidade que ele possuir de penetrar nessas zonas recônditas e sombrias da informação, de conseguir uma relação com fontes bem colocadas e desenvolver um vocabulário específico relativamente a este tipo de situações. Esses repórteres vivem numa penumbra entre factos e fantasias. Ajudam a criar obscuridade, quando era suposto esclarecerem. Estas aptidões são também característica das fontes importantes: "Saber negar a verdade sem realmente mentir".<sup>26</sup>

A explicação para esta conjugação de interesses entre jornalistas e políticos, aparentemente contraditória, reside, em parte, na própria natureza do trabalho jornalístico. Como escreveu Thomas Patterson<sup>27</sup> a política não é o que mais interessa aos jornalistas. O mais importante para um jornalista é ter uma "estória" para contar. Numa visão estilizada do processo de produção de notícias, Murray Edelman<sup>28</sup> afirma que os media decidem o que é importante para ser noticiado, algumas pessoas e instituições são aceites como "fontes de informação" e alguns eventos são considerados como possuindo suficiente interesse para o público.

Uma outra forma de confluência entre políticos e jornalistas verifica-se ao nível da opinião publicada nos media. Com efeito, a par de espaços de opinião geralmente da autoria de figuras ligadas à política, no chamado jornalismo político as notícias "interpretativas" ganharam terreno, sobretudo na

imprensa escrita. Por outro lado, nos últimos anos os jornalistas da imprensa escrita passaram a ser convidados pelos seus colegas da televisão para comentarem assuntos políticos (e outros), tornando-se, em muitos casos, comentadores residentes, ao lado de políticos profissionais. É através deles que a opinião política é veiculada.

Embora referindo-se especificamente aos intelectuais, Pierre Bourdieu afirma que "os jornalistas têm em agenda uma série de pensadores tipo "fast-food" sempre prontos a avançar para comentar este ou aquele acontecimento", em vez de irem buscar jovens investigadores com trabalho feito. Bourdieu fala desses convidados permanentes que estão em todos os debates e que formam grupos que depois se auto-mantêm e auto-reforçam, estabelecendo toda uma série de ligações e compromissos suspeitos com os jornalistas.<sup>29</sup>

Num debate organizado pela Columbia Journalism Revue<sup>30</sup>, a propósito do envolvimento militante dos media relativamente ao caso Clinton/Lewinsky, a correspondente da Casa Branca da Rádio Pública Nacional dos EUA afirmou que a maioria dos jornalistas que surgiram a falar do caso faziam-no como comentadores e, portanto, emitiam apreciações pessoais. Não agiam como repórteres baseados em fontes credíveis ou em investigação própria. O problema, segundo um dos participantes nesse debate, está no facto de o público nem sempre perceber a diferença entre comentadores e repórteres, levando-o a avaliar os media e o jornalismo como um todo que realmente não são.

<sup>26</sup>Daniel J. Boorstin, *idem*, p. 34

<sup>27</sup>Patterson, Thomas E., (1997) *Political Communication*, 14:445-455, Taylor & Francis

<sup>28</sup>Edelman, Murray (1988) *Constructing The Political Spectacle*, The University of Chicago Press

<sup>29</sup>Pierre Bourdieu (1996) *Sur la Television*, Liber éditions, p. 29-39

<sup>30</sup>Columbia Journalism Revue, Maio/Junho, 1998

## 4 Conflitos

Apesar das razões naturais para a cooperação entre jornalistas e políticos existem igualmente entre eles motivos naturais de conflitos. Como profissionais, os jornalistas pretendem tomar as suas próprias decisões e receiam ser manipulados por parte dos políticos ou dos seus assessores. Por seu turno, os políticos receiam que os jornalistas deturpem as suas mensagens ou as voltem contra eles.

O surgimento das relações públicas e a crescente consciencialização do governos de que podem usar em seu proveito as notícias, paralelamente à também crescente consciencialização da imprensa de que tem de lutar contra a manipulação das notícias, levaram os jornalistas a não se contentarem com a simples obtenção de notícias.

O papel dos media face ao poder político evoluiu de uma fase de reverência, sobretudo em algumas democracias ocidentais para outra, situada por alguns autores nos anos sessenta, em que os jornalistas deixaram de dar apenas cobertura aos líderes políticos para passarem a criticá-los e escrutinar as suas acções e atitudes. O modelo de um jornalismo crítico e activo colocou sob constante vigilância os aspectos mais controversos da sociedade e o comportamento dos políticos. Os políticos, sobretudo os governantes, passaram a estar permanentemente sob o olhar do cidadãos. Os jornalistas interrogam-nos, as sondagens dão conta do seu grau de aceitação ou rejeição. O poder político é, assim, obrigado a gerir ao mesmo tempo o acontecimento e as reacções múltiplas e cruzadas da opinião pública.<sup>31</sup>

Os jornalistas (e os institutos de sonda-

gem) são actores políticos que nenhum político pode desprezar na sua actividade quotidiana. Eles desempenham a vários níveis um papel importante na actividade governamental pela capacidade que possuem de forçar a discussão de determinados temas que não seriam prementes se não surgissem como "temas quentes" nas manchetes dos jornais ou em reportagens televisivas. Os media interferem na actividade dos governos, marcam a agenda, colocando os políticos sobre pressão constante e obrigando-os a tratar com urgência determinadas questões que requerem aprofundamento e estudo. Contudo, apesar de os jornalistas serem, cada vez mais, actores políticos,<sup>32</sup> os seus valores são diferentes e colidem muitas vezes com os valores políticos. O tempo dos media e o tempo da política não são compatíveis. Os media precisam de boas "estórias" que enfatizem os aspectos fora do comum, controversos ou dramáticos do mundo e da política. Os media orientam-se para acontecimentos que possam constituir-se em oportunidades de notícias, não para valores de natureza política. Mas a sociedade evolui lentamente e não ao ritmo dos media. Por isso, os problemas críticos e crónicos não são geralmente notícia. Pelo contrário, os acontecimentos abruptos têm cobertura garantida, embora na maioria dos casos os desenvolvimentos subsequentes sejam esquecidos. Ocasionalmente, os media revisitam os assuntos a que deram primeira página mas raramente os acompanham sistematicamente.

De um modo geral, políticos, jornalistas e analistas não se entendem sobre o papel dos media no que se refere, por exemplo à ins-

<sup>31</sup>Gregory Derville, *idem*, *ibidem*, p. 114

<sup>32</sup>Thomas Petterson, *op. cit.*

tuição presidencial. No último ano, mercê dos escândalos que envolveram a presidência americana, foram inúmeros os debates sobre essa questão. James Carey, professor na Columbia Graduate School of Journalism considera que a imprensa e a presidência têm vindo a degradar-se mutuamente, e afirma que a imprensa não devia destruir a autoridade da instituição presidencial, porque os presidentes passam mas a instituição permanece. Por isso, diz ele, vale a pena preservá-la<sup>33</sup>.

Opinião diferente é manifestada por Maxwell King do Philadelphia Inquirer que afirma que não compete ao jornalista apoiar a instituição presidencial, sem prejuízo de manter com ela uma boa relação. "Como jornalista", diz ele, "sentir-me-ia desconfortável com a ideia de ter de tratar uma instituição ou uma pessoa de uma maneira especial".<sup>34</sup>

Outros, como David Laventhol do Times Mirror, afirmam que a imprensa trata o Presidente de uma maneira especial porque é destacada precisamente para cobrir os seus actos. O seu objectivo é, então, "apanhar" o Presidente.<sup>35</sup>

Em vez de uma dependência ou autonomia absolutas dos jornalistas relativamente às fontes, creio dever falar-se de uma interdependência que umas vezes torna uma das partes mais forte em relação à outra na influência e na definição daquilo que chega ao conhecimento do público, da maneira como chega e do momento em que chega.

<sup>33</sup>Paul Eisenberg, Guilty until proven innocent is credo of journalistic "rat pack," Media Studies Center, 04.06.98

<sup>34</sup>Op. Cit.

<sup>35</sup>Op. Cit.

## 5 As fontes legitimadas

Uma "estória" é um mosaico de factos e de citações de fontes que participaram num acontecimento ou dele têm conhecimento. Para conseguir uma "estória" o repórter tem de saber a quem fazer perguntas e quem pode e tem competência para falar. A entrevista é o instrumento de pesquisa. Uma "estória" depende de o repórter conseguir ou não que as fontes digam qualquer coisa com "valor-notícia".

Os repórteres políticos cultivam as suas fontes. O acesso às elites do poder é essencial para um repórter político. As notícias políticas resultam de um processo de negociação entre fontes e jornalistas baseado em relações de confiança e, muitas vezes, de cumplicidades. A maioria das "estórias" sobre política baseiam-se em conversas informais ou entrevistas, ao contrário, por exemplo, das notícias sobre economia e justiça baseadas, sobretudo, em documentos.

Stephen Hess afirma que os repórteres da Casa Branca são os que menos documentos usam para escrever as suas "estórias".<sup>36</sup>

A maior parte das "estórias" publicadas nos media não resulta, pois, de investigação dos próprios media. No jornalismo político os repórteres limitam-se quase sempre a verificar informação que lhe chega através das fontes, ler o que escreveram outros jornalistas sobre o mesmo assunto, relacionar os factos, ouvir os intervenientes e tentar publicar primeiro que os outros. A ausência de investigação sistemática nos media é explicada por vários autores,<sup>37</sup> com a pressão imposta pelos deadlines e por outro tipo de

<sup>36</sup>Stephen Hess, *idem*, p. 2

<sup>37</sup>Stephen Hess, *idem*, *ibidem*; Gaye Tuchman, *idem*, *ibidem*

constrangimentos que caracterizam a produção jornalística, sobretudo nos jornais diários. Em geral, os jornalistas que cobrem a política fazem muito pouco uso dos documentos disponíveis nos centros de documentação e nas redacções,<sup>38</sup> construindo as suas "estórias" apenas com base nos contactos com as assessorias de imprensa ou com os próprios políticos.

As instituições políticas não oferecem todas idênticas facilidades de acesso. Para os repórteres que cobrem o Parlamento ou o Senado nos EUA, por exemplo, é mais fácil o acesso directo aos políticos do que para os que cobrem a Presidência ou o Governo onde o controle das fontes é mais apertado. Nos EUA o acesso ao Presidente é facilitado pela prática dos briefings diários.

O êxito do trabalho dos promotores de acontecimentos deve-se em grande medida à necessidade que os media possuem de notícias, embora, como assinalam Molotch e Lechner<sup>39</sup>, a existência dessa necessidade não signifique coincidência de interesses no que se refere aos objectivos a atingir. Pelo contrário, o que se verifica é um conflito entre os geradores de acontecimentos e o trabalho dos media, o que provoca, por parte dos promotores, pressões no sentido de alterar a seu favor as rotinas produtivas dos jornalistas. Essas pressões exercem-se de variadas maneiras e a vários níveis que podem ir do político ao económico, por exemplo, através de cortes de publicidade.

<sup>38</sup>Stephen Hess, *idem*, p.18-19

<sup>39</sup>Molotch, Harvey L. e Marilyn Lester (1974), "As notícias como procedimento intencional: acerca do uso estratégico de acontecimentos de rotina, acidentes e escândalos", no livro de Nelson Traquina (org.) *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"*(1993), Lisboa, Vega

Os promotores melhor posicionados para o acesso aos media são os que estabelecem relações habituais e frequentes com os jornalistas, isto é, os que produzem fluxos de informação frequentes.

O acesso habitual aos media verifica-se, sobretudo, por parte de instituições e entidades situadas na esfera política e institucional, quer através de funcionários especializados, quer através de pessoas ligadas directamente à vida política, as quais cultivam relações com os jornalistas de uma maneira assídua e por vezes muito próxima, como acontece com os "correspondentes" e os jornalistas acreditados junto de instituições que produzem um grande fluxo de notícias.

São, pois, as fontes "institucionais" organizadas e profissionalizadas as que mais acesso têm aos media, constituindo um importante sustentáculo das relações de poder instituídas, aspecto acentuado por Gaye Tuchman que coloca a questão de saber até que ponto os media são um agente de legitimação da ordem existente.

Os jornalistas preferem cobrir instituições com prestígio porque elas lhes trazem também prestígio. O citado estudo de Stephen Hess junto dos repórteres que trabalham em Washington, apurou que os jornalistas que cobriam os assuntos políticos, científicos, a Casa Branca e a diplomacia, possuíam um maior grau de satisfação relativamente ao seu trabalho do que os jornalistas que habitualmente cobrem assuntos regionais, de justiça ou instituições menos importantes.<sup>40</sup> Contudo, os repórteres políticos possuem, em geral, um maior grau de autonomia relativamente a iniciativas sobre temas a tratar e

<sup>40</sup>Stephen Hess, *idem*, p. 2

os seus textos sofrem, em geral, menos adaptações, além de terem maior destaque.

Autores como Richard Ericson analisaram a "relativa autonomia" dos jornalistas destacados em permanência para acompanharem determinadas organizações e explicam como eles influenciam a própria vida interna das instituições e se tornam parte da organização junto da qual são observadores. O jornalista "dá sentido" às iniciativas da organização e com isso afecta as relações sociais no seio da referida organização. Existe entre ambos uma relação de interdependência. Apesar de as fontes controlarem, em parte, o processo de produção de notícias, esse controle não é total, na medida em que lhes escapa o controle da edição de textos; por exemplo, os "cortes" e as "montagens" são exclusivamente da responsabilidade dos media. Aliás, o facto de as organizações recorrerem a publicidade paga e a existência de protestos por parte das fontes relativamente a determinadas matérias publicadas, são a prova de que as fontes não controlam todo o processo informativo.

Há instituições que os media cobrem de uma maneira diferente, como a justiça e a instituição militar. Aí, ou existe uma aura de mistério que assegura o seu anonimato e facilita o seu funcionamento, como na magistratura, ou se invoca o "segredo de Estado" ou a "segurança nacional", como acontece em períodos de conflito para justificar o controle da informação.

Schlesinger<sup>41</sup> analisou o tratamento dos conflitos do Vietnam e das Falkland nos media americanos e as cumplicidades que

se estabeleceram entre os jornalistas que cobriram esses conflitos e as fontes oficiais. Referindo-se aos argumentos usualmente utilizados pelas elites militares para explicarem a interferência nos media, Schlesinger aponta as distinções entre "guerra total" (a II Grande Guerra), "guerra não declarada" (a Guerra do Vietnam) e "comprometimento parcial" (o conflito Falkland/Malvinas), tendo a "censura oficial" e outras formas de controle da informação sido diferentes em cada uma destas situações. Para este autor, a dependência dos media americanos das fontes oficiais na definição da agenda política levou os jornalistas a espelharem os consensos e as contradições da classe política, marginalizando os protestos contra a guerra e as posições minoritárias, só fazendo eco das opiniões divergentes quando as divisões se verificavam nos meios oficiais. Contudo, apesar da hegemonia das definições oficiais, as mudanças na redefinição da agenda acabaram por surgir.

A dependência das fontes em que os jornalistas são colocados quando cobrem conflitos como os do Vietnam, Falkland e Guerra do Golfo deve-se à necessidade de autorização e apoio das autoridades oficiais, não apenas para que a sua acreditação seja possível, mas também para poderem realizar as tarefas mais óbvias do seu trabalho, como sejam a deslocação aos locais do conflito e a transmissão da informação. Por outro lado, o sistema de pool que é geralmente imposto nessas situações pode significar obstrução ao trabalho de informar sem que possa, abertamente, falar-se de censura institucionalizada.

No final de um ano que culminou com o bombardeamento americano ao Iraque e o processo de destituição do Presidente Clinton a imprensa americana foi caracterizada

<sup>41</sup>Philip Schlesinger (1989) From production to propaganda? in *Media Culture and Society* (SAGE, London, Newbury Park and New Delhi) Vol. 11, p. 283-306

por Norman Solomon, colunista do New York Times, num debate transcrito na Internet, como seguidista em relação à administração, ignorando as opiniões críticas e utilizando eufemismos para não mencionar a morte de iraquianos civis.<sup>42</sup>

## 6 A cultura da sala de imprensa

Particularmente importante para o conhecimento das relações entre os jornalistas e o poder político é a chamada "cultura da sala de imprensa", isto é, a participação dos re-

<sup>42</sup>Norman Solomon refere-se à questão nos seguintes termos:

O eufemismo continuou a existir como sempre que se tratou de cobrir acontecimentos militares: Christiane Amanpour informou repetidamente os telespectadores da CNN, que Bagdad tinha tido uma noite "dramática", falando (como fizeram outros jornalistas) de "efeitos colaterais" sem mencionar os iraquianos civis que morreram;

Durante os bombardeamentos a Bagdad milhões de crianças iraquianas vagueavam sem saber onde se abrigar e se sobreviveriam aos bombardeamentos, enquanto os media americanos, a Casa Branca e o Congresso falavam de "uma operação de justiça".

A maioria dos media americanos referiram-se aos bombardeamentos como virtuosos, ainda que um pouco desagradáveis para alguns iraquianos.

As poucas denúncias que surgiram não lograram cobertura dos media. Denis Halliday responsável pelo programa da ONU "Oil For Food" classificou os bombardeamentos como uma fútil e irracional acção de um homem desesperado, o que foi ignorado pelos media.

De acordo com os media o papel da ONU no mundo é crucial quando o governo diz que é crucial e irrelevante quando o governo diz que é irrelevante. Em 1991, quando a ONU autorizou a Guerra do Golfo, os media americanos elevaram a ONU ao estatuto de supremo árbitro na terra. Mas em 1998, quando os EUA não conseguiram o apoio da ONU para os bombardeamentos contra o Iraque, a ONU foi desvalorizada. in *Media Beat* (17.12.98)

pórters numa cultura comum construída no convívio diário uns com os outros e na familiaridade que estabelecem com as fontes.<sup>43</sup> Essa familiaridade está patente na maneira como os repórteres abordam as fontes e como estas correspondem com um tratamento familiar e amistoso.<sup>44</sup> Tuchman refere que os jornalistas associam a credibilidade de uma fonte à sua posição hierárquica, considerando que uma fonte com status é, em princípio, uma fonte credível. Isso leva os jornalistas a preferirem as fontes institucionalizadas a fontes como o cidadão comum. Para Tuchman a notícia apoia-se nas estruturas institucionais ao mesmo tempo que as reproduz. As notícias justificam o poder das instituições legitimadas.<sup>45</sup>

A cobertura de uma campanha eleitoral introduz algumas alterações à rotina do trabalho jornalístico e à sua relação com as fontes, constituindo um bom campo para a análise das relações entre fontes e jornalistas.<sup>46</sup>

A cobertura é estruturada em "pacotes" de informação baseados em materiais oriundos de conferências de imprensa, de fait-divers da campanha, discursos dos candidatos, eventualmente, sondagens de opinião, reacções dos candidatos aos acontecimentos

<sup>43</sup>Tuchman, *idem*, p. 84

<sup>44</sup>Um exemplo elucidativo são os briefings na Casa Branca em que o Presidente ou os seus porta-vozes possuem uma familiaridade com os repórteres que lhes permite chamá-los pelo nome próprio, introduzir pequenas anedotas e gracejos nas respostas e outro tipo de familiaridades que fazem parte da cultura comum de que fala Tuchman.

<sup>45</sup>Tuchman, *idem*, p. 224-225

<sup>46</sup>Michael Gurevitch, e Jay G. Blumler *A Construção do Noticiário Eleitoral: Um Estudo de Observação na BBC in Traquina, Nelson, (Organiz.) (1993) "Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias" Comunicação e Linguagens, Lisboa, Vega*

do dia e reportagens pré-gravadas sobre os círculos eleitorais. Por outro lado, sobretudo no que respeita à televisão, a cobertura estrutura-se em dois eixos: o "centro" (a redacção onde os noticiários são construídos) e a "periferia" (o terreno onde decorrem as operações de campanha). Esta aparente inversão entre o "centro" e a "periferia" deve-se ao facto de as condições tecnológicas facultarem o acesso directo aos acontecimentos a partir da redacção, o que permite ganhar tempo em termos de inclusão de determinadas peças. Esta circunstância conduz à marginalização do repórter em serviço nos locais onde decorrem as acções de campanha (quase sempre as sedes partidárias).

A cobertura das campanhas eleitorais atinge uma extrema rotinização, não apenas pelo seu carácter centralizado, mas também pela própria natureza das fontes utilizadas e das estratégias por elas usadas para atrair os jornalistas. De facto, o profissionalismo dos "promotores" de acontecimentos, que no caso dos partidos políticos atinge, por vezes, grande sofisticação, aliado às pressões do tempo e à própria natureza do trabalho jornalístico, conduz a situações de verdadeira dependência dos jornalistas face às fontes. Esse problema é ainda agravado quando são os serviços dos partidos a organizarem e muitas vezes pagarem as salas de imprensa, o transporte e a alimentação dos jornalistas para a cobertura das acções de campanha quando realizadas fora da área da sua residência.

O jornalista americano Timothy Crouse<sup>47</sup> traça um quadro elucidativo da vida dos re-

<sup>47</sup>Timothy Crouse, (1974) *The Boys on the Bus*, Ballantine Books, p. 7-11

pórteres que cobrem as campanhas presidenciais americanas:

Um grupo de jornalistas é destacado para seguir um candidato durante semanas ou meses, como um conjunto de cães seguindo uma raposa. Acomodados no mesmo avião ou autocarro, comem, bebem, jogam e comparam as suas notas com o mesmo conjunto de colegas, semana após semana.

...Este grupo é muito hierarquizado. Divide-se em cliques - os repórteres de política nacional, que vão e vêm constantemente; os repórteres de campanha dos grandes e prestigiados jornais e os de pequenos jornais; o pessoal das agências, os correspondentes de televisão; e outros grupos tendo em comum a idade ou amizades antigas. Os mais experientes repórteres de política nacional, as agências e os repórteres dos grandes jornais muitas vezes nem sabem os nomes dos repórteres dos pequenos jornais que ficam num plano inferior desta hierarquia. Mas todos eles se alimentam dos mesmos relatórios das pools, dos mesmos press releases, dos mesmos discursos do candidato. O grupo anda isolado na mesma aldeia volante. Após algum tempo começa a acreditar nos mesmos rumores, a subscrever as mesmas teorias e a escrever as mesmas "estórias".

...Toda a gente denuncia o "jornalismo de pacote" mesmo os que incluem o "pacote". Todos consideram isso uma manipulação e prostituição em cada campanha.

A "cultura da sala de imprensa" é também visível, por exemplo, durante a cobertura de grandes reuniões internacionais. Na medida em que os jornalistas raramente têm acesso directo às discussões travadas nessas reuniões, concentram-se nas salas de imprensa onde a informação chega através de confidências ou "briefings" dos políticos que par-

ticipam nas reuniões ou de funcionários que foram, eles próprios, objecto de "briefing". Ora, dado o pouco tempo de que os jornalistas dispõem para confirmar e trabalhar essas informações e a dificuldade de acesso rápido a outras fontes documentais ou pessoais, a informação fornecida é assimilada por todos os jornalistas presentes, alguns dos quais apenas lhe introduzem algumas "nuances" mais personalizadas. Aliás, é sintomática a quantidade de "briefings" e conversas "informais" que decorrem durante essas reuniões.

As salas de imprensa são, nestes eventos, os locais mais frequentados pelos políticos e seus staffs.

## 7 Reflexão Final

Os media contribuem para a criação de uma determinada ordem social resultante da divulgação de um tipo de conhecimento que emerge das suas relações com determinadas fontes de informação. Os media produzem, assim, um certo tipo de pensamento que se torna predominante na sociedade.

A arte de governar é a arte de fazer crer, diz Debray e os media são as tecnologias da crença colectiva. O político tem de ocupar terreno, dia após dia, ou desaparece.<sup>48</sup> Um Estado que não ocupe o pequeno écran perde "o contacto" com os eleitores. O Estado tem de produzir, nos dias de hoje, uma quantidade crescente de imagens e de sons.

É o espectáculo do Estado que faz o Estado, como o monumento faz a memória. Um Estado que não possua nada para dar a ver e a ouvir, sem rituais, monumentos e documentos, é "um nada". Discursos, textos e

imagens devem circular para se tornar operacionais, a história descritiva e estática dos sinais do poder, a história dos historiadores, estará incompleta sem o estudo dos meios de transmissão desses signos, isto é, sem a história dos mediólogos<sup>49</sup>.

Este texto pretendeu ir além dos diagnósticos mais pessimistas que vêm os media como agentes de perversão da política, tornando-a mais vulnerável às tentações da demagogia, do espectáculo e da manipulação, ou mais optimistas e entusiásticos, segundo os quais os media tornam a política mais transparente e mais democrática.

Mais importante que as opiniões definitivas de alguns ensaístas e editorialistas, se torna, a meu ver, aprofundar a investigação sobre as relações entre os media e as elites do poder, questão central à compreensão da realidade construída pelos media e, portanto, à compreensão das sociedades contemporâneas.

<sup>48</sup>Régis Debray, *idem*, p. 49

<sup>49</sup>Débray, *idem*, *ibidem*